

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 09/04/2021.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE
(PEDAGOGIA DA MOTRICIDADE HUMANA)**

**GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS
ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP**

JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências da Motricidade.

Rio Claro
2019

JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

**GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER: MAPEAMENTO E ANÁLISE
DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO – SP**

**SPORT AND LEISURE MANAGEMENT: MAPPING AND ANALYSIS OF PUBLIC
AREAS IN THE CITY OF RIO CLARO - SP**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Biotecnologia do Campus de Rio Claro,
Universidade Estadual Paulista, como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Ciências da
Motricidade (Pedagogia da
Motricidade Humana).

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz

Co-Orientador: Prof. Dr. Ivan Fortunato

Rio Claro
2019

P116g Pacheco, José Pedro Scarpel
Gestão do Esporte e do Lazer: : Mapeamento e análise dos espaços públicos no município de Rio Claro - SP / José Pedro Scarpel Pacheco. -- Rio Claro, 2019
171 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Gisele Maria Schwartz
Coorientador: Ivan Fortunato

1. Gestão. 2. espaços públicos. 3. esporte. 4. lazer. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER: MAPEAMENTO E ANÁLISE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE RIO CLARO - SP

AUTOR: JOSÉ PEDRO SCARPEL PACHECO

ORIENTADORA: GISELE MARIA SCHWARTZ

COORIENTADOR: IVAN FORTUNATO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em CIÊNCIAS DA MOTRICIDADE , especialidade: Pedagogia da Motricidade Humana pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. GISELE MARIA SCHWARTZ
Departamento de Educação Física / UNESP - Instituto de Biociências de Rio Claro - SP

Prof. Dr. ARNOLD JOSÉ ROCCO JÚNIOR
Departamento de Esportes da Escola de Educação Física e Esporte / Universidade de São Paulo - SP


Profa. Dra. CINTHIA LOPES DA SILVA
Faculdade de Ciências da Saúde / Universidade Metodista de Piracicaba / SP

Rio Claro, 09 de abril de 2019

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte desta importante etapa de minha vida profissional e pessoal. Sendo assim, peço desculpas a aquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas que, com certeza, estão nos meus pensamentos e na minha gratidão.

Inicialmente agradeço a Deus por ter me dado saúde, proteção e forças para superar as dificuldades, aos meus pais que estão sempre presentes, me apoiando e incentivando em todos os momentos de minha vida, a minha namorada, aos meus tios, tias, primos, primas e a todos os meus amigos. Gostaria de agradecer ao Instituto de Biociências, ao Departamento de Educação Física e aos parceiros e integrantes do LEL – Laboratório de Estudos do Lazer, da Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Rio Claro. Também gostaria de agradecer ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade, e a todos os envolvidos nele, pelo apoio institucional e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPQ) - Processo 133114/2017-1, pelo apoio financeiro.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao meu co-orientador, Prof. Dr. Ivan Fortunato, e em especial a minha orientadora, Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz, que sempre me auxiliou com os conhecimentos e correções que necessitei do modo que apenas os verdadeiros mestres sabem orientar, muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Para que possam ser adequadamente desenvolvidas as vivências no âmbito do lazer e para que ocorra a apropriação deste fenômeno como direito social, se faz necessário dispor, gerir e difundir os espaços públicos nas cidades. Entretanto, nem sempre esses processos ocorrem de forma eficiente na Gestão Pública, deixando a população sem a devida informação a respeito dos espaços adequados para as práticas esportivas e sobre o direito ao lazer. Na perspectiva de contribuir para minimizar essa defasagem de informações, este estudo teve como objetivo identificar e mapear os espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, bem como, analisar suas formas de apropriação. O estudo, de natureza qualitativa, desenvolveu-se por meio da união de pesquisa de revisão sistemática, de pesquisa documental e de pesquisa exploratória, com base na técnica de observação. Os dados coletados durante a pesquisa exploratória foram analisados descritivamente, pela técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados foram apresentados em dois artigos, o primeiro, referente à revisão sistemática, apresentou dados relativos aos estudos que abordam as temáticas envolvendo gestão, políticas públicas e espaços nos contextos do esporte e do lazer e demonstrou que, embora essa temática seja abordada nos diversos estudos acadêmicos analisados, os espaços públicos e a gestão dos mesmos são abordados de forma secundária, necessitando maior atenção. O segundo artigo, foi proveniente dos dados da pesquisa documental, do mapeamento e da análise dos espaços públicos de esporte e de lazer no município de Rio Claro – SP, trazendo como resultados 243 espaços mapeados, divididos em três categorias, sendo elas referentes às áreas verdes, aos espaços esportivos e aos espaços culturais. De forma geral, notou-se que, embora haja uma grande disponibilidade de espaços no município, estes apresentam falhas na gestão em âmbito municipal e na distribuição geográfica, comprometendo a democratização do acesso a esses espaços. Sugerem-se novos estudos, no sentido de contribuir para a adequada difusão do direito social ao lazer.

Palavras-chave: Gestão; espaços públicos; esporte; lazer.

ABSTRACT

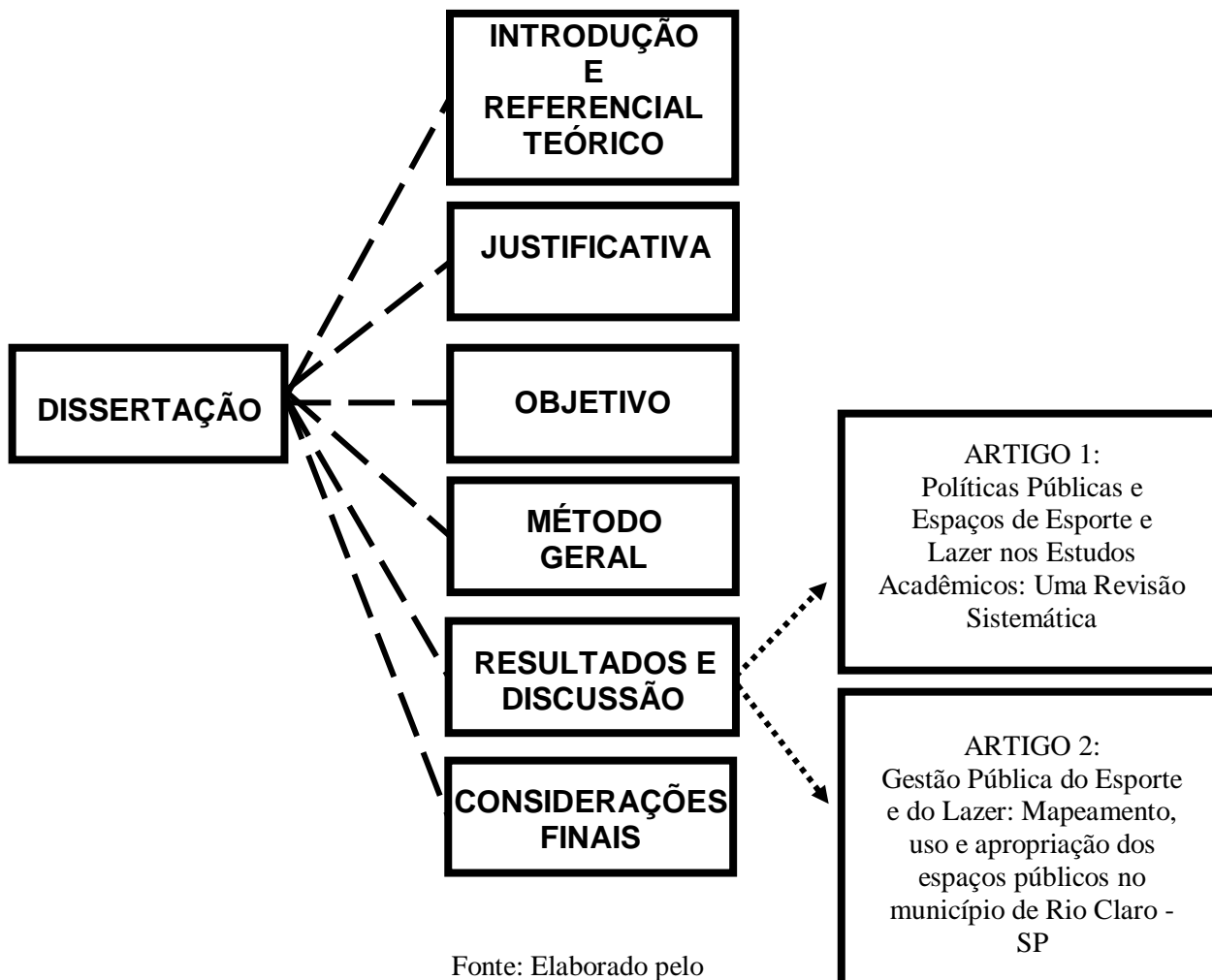
In order for leisure experiences to be properly developed and appropriated as a social right, it is necessary to manage and disseminate public spaces in cities. However, these procedures do not always occur efficiently in Public Management, leaving the population without proper information about the spaces appropriate for sports practices and their right to leisure. With the aim of helping minimize this information gap, the objective of the present study was to identify and map sports and leisure public spaces that belong to the City Hall of Rio Claro / SP as well as to analyze their forms of appropriation. This study had a qualitative nature and it was developed through the gathering of systematic reviews, documentary and exploratory researches, based on the Observation Technique. Data collected during the exploratory research were descriptively analyzed using the Content Analysis Technique. The results were presented in two articles, the first one, referring to the systematic review, presented data on the themes involving management, public policies and spaces in the contexts of sports and leisure, and demonstrated that, although this theme is addressed in several academic studies analyzed, public spaces and their management are addressed in a secondary way, requiring more attention. The second article came from the data derived from documentary research, from the mapping and from the analysis of the public spaces of sport and leisure in the city of Rio Claro – SP, and brought as a result 243 mapped spaces, divided into three categories, which refer to green areas, sports spaces and cultural spaces. In general, it was noticed that, although there is a great availability of spaces in the county, these present deficiencies in the management in the municipal scope and in the geographical distribution, jeopardizing the democratization of the access to these spaces. Further studies are suggested in order to contribute to the adequate diffusion of the social right to leisure.

Key words: Management; Management; public spaces; sport; leisure.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está organizada em tópicos e artigos científicos, conforme ilustra a figura abaixo:

Figura 1 – Ilustração da organização da dissertação.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 JUSTIFICATIVA	26
3 OBJETIVOS.....	30
4 MÉTODO GERAL DA DISSERTAÇÃO.....	31
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
6 ARTIGO 1.....	37
6.1. INTRODUÇÃO	39
6.2. MÉTODO	45
6.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
6.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
6.5. REFERÊNCIAS DO ARTIGO 1.....	67
7 ARTIGO 2.....	74
7.1 INTRODUÇÃO	76
7.2 MÉTODO.....	81
7.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	83
7.3.1 ÁREAS VERDES.....	83
7.3.2 ESPAÇOS ESPORTIVOS.....	92
7.3.3 ESPAÇOS CULTURAIS.....	99
7.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
7.5 REFERÊNCIAS DO ARTIGO 2.....	110
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO.....	117
8.1. LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	121
8.2. SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS.....	122
9 REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO.....	123
10 APÊNDICES	132
10.1. APÊNDICE A – DIÁRIO DE CAMPO	132
10.2. APÊNDICE B – REGISTRO FOTOGRÁFICO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	134
10.2.1 ÁREAS VERDES.....	134
10.2.2. ESPAÇOS ESPORTIVOS	161
10.2.3 ESPAÇOS CULTURAIS.....	167
10.3. APÊNDICE C – MAPEAMENTO COMPLETO DOS ESPAÇOS ANALISADOS ..	171

1 INTRODUÇÃO

O lazer é considerado como um direito social, tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948 (ONU, 1948), como também, na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), como um dos direitos sociais, assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Entretanto, nota-se que as definições de Políticas sobre lazer não unificadas e sistematizadas. Porém, a apropriação do direito ao lazer parece ocorrer de modo diferente, muitas vezes não contemplando a população como um todo, quando se toma em foco os outros direitos citados, de forma comparativa.

Sendo assim, parece que os princípios, as diretrizes, os objetivos, os mecanismos e regras constitucionais, não foram ainda suficientemente definidos, em nível nacional (MENICUCCI, 2006; GOMES; ISAYAMA, 2015), no sentido de orientar a concretização do lazer como direito socialmente reconhecido. Conseqüentemente, há também dificuldades na gestão, na definição, na criação de mecanismos e na realização dos mesmos, nos âmbitos do esporte e do lazer em nível municipal, com base nas Leis Orgânicas e nas demais legislações municipais (PINTOS et al., 2017). Segundo Bramham et al. (2017) e Bramante (2004), muitas vezes, as Políticas Públicas de lazer são elaboradas, porém, não são totalmente implementadas e, quando o são, não apresentam continuidade, sobretudo, quando há transição de governo ou, até mesmo, quando determinado partido permanece no poder. Isto se deve, em grande parte, por não haver uma Política Pública em âmbito Nacional eficiente, voltada especificamente ao Esporte e ao Lazer, a qual possa subsidiar ações efetivas, em níveis estadual e municipal.

Segundo Souza (2006), para definir Políticas Públicas é necessário resumir

teorias de algumas áreas do conhecimento, como a Sociologia, a Ciência Política e a Economia. As Políticas Públicas exercem fortes influências sobre os âmbitos econômico e social, demonstrando, assim, a necessidade de abordar as inter-relações entre o estado, a política, a economia e a sociedade (SOUZA, 2006). Segundo a mesma autora, pode-se sintetizar o conceito de Políticas Públicas como um conjunto de deliberações e ações, o qual busca traçar planos para os atos do governo, com o intuito de propor caminhos para atender às necessidades da sociedade. Da mesma forma, segundo Muller, Joly e Vargas (2010), Política Pública pode ser definida como programas governamentais de ações dentro de uma esfera da sociedade, ou área geográfica.

Para a elaboração das Políticas Públicas, cada gestão reproduz as suas medidas e plataformas políticas eleitorais em projetos e intervenções, os quais resultarão em transformações na sociedade (SOUZA, 2006). Neste sentido, segundo Höfling (2001), a manutenção e a gestão de tais Políticas dependem de o Estado desenvolver uma ação, por meio de programas de governo, dirigidos a diversos setores da sociedade, relacionando os interesses desta e os problemas sociais encontrados.

Compreender a amplitude do conceito de Políticas Públicas de esporte e de lazer requer que haja a superação de uma visão simplista, voltada apenas a fomentar atividades práticas (MILANI; CARDOSO, 2014; FISCHER, 2003). Segundo esses autores, se faz necessário considerá-la como um fenômeno cultural, com condições de promover a construção de uma sociedade mais democrática e respeitável. Pensar em Políticas Públicas relacionadas ao esporte e ao lazer é promover o bem-estar, a felicidade, entre outros preceitos, a toda a população, levando-se em consideração, inclusive, os segmentos excluídos da sociedade (CASTELLANI FILHO, 2007). Tendo em vista tal fato, o planejamento de Políticas Públicas de esporte e de lazer por parte dos municípios, torna-se de extrema importância.

As Políticas Públicas possuem um grande potencial para integrar os cidadãos na participação popular, destacando a importância destes e de suas necessidades, seja para a seleção das atividades que serão oferecidas, como também, para a construção de novos espaços públicos de esporte e de lazer, pelo governo, por meio seus gestores, buscando apoios intersetoriais (LIMA; IRVING; ABREU, 2017; KOCIAN; SILVA, 2016; SILVA; SANTOS; AVILA, 2013). No campo das Políticas Públicas, incluindo as de esporte e de lazer, a intersetorialidade pode ser uma forma de oferecer programas, atividades e benefícios para a sociedade, integrando diversas áreas, como Saúde e Educação. O encontro destas áreas pode provocar um aumento na qualidade destes campos, aumentando o impacto social e revertendo em benefícios para a população (BONALUME, 2011).

Entretanto, segundo Costa (2002), geralmente, nas administrações municipais, é encontrada muita resistência para implementação da intersetorialidade. Segundo este autor, as estruturas administrativas encontradas atualmente possuem uma lógica setorial profundamente enraizada, o que dificulta a implantação e prática deste preceito nas instituições administrativas.

Para que aconteça a intersetorialidade, é necessário que haja uma articulação de diversas áreas, as quais passam, desde o planejamento, até a implantação e, posteriormente, a avaliação de tais Políticas (MALTA et al., 2014). Para estes autores, o desenvolvimento de Políticas Públicas de esporte e de lazer consistentes, pode, inclusive, ter ressonâncias no desenvolvimento das Políticas de outras áreas, tais como, a de Saúde Pública, estimulando um aumento na qualidade de vida da sociedade.

Porém, mesmo diante do exposto, os estudos sobre as Políticas Públicas em geral (WEIMER; VING, 2017; DUNN, 2016) demonstram que as principais problemáticas envolvendo as características da implantação das mesmas são o acesso restrito, o

tradicionalismo, a inércia e a descontinuidade, causando gastos desnecessários de recursos, investidos de forma não adequada e acarretando ações pouco eficientes. Tais problemas podem advir da falta de gerência dos projetos, acentuada pela má articulação entre os setores do governo e a não realização de estudos prévios, os quais possam embasar e direcionar da melhor forma as ações (GRASSO; ISAYAMA, 2017; COHEN; FRANCO, 2007; OLIVEIRA, 2006; BARROS; CARVALHO, 2003).

Atualmente, a temática envolvendo Políticas Públicas está em evidência no âmbito acadêmico (HOWLETT; MCCONNELL; PERL, 2017; DUNN, 2016), inclusive na Educação Física, focalizando as Políticas Públicas de esporte e de lazer (BRAMHAM et al., 2017; HOEKMAN; BREEDVELD; KRAAYKAMP, 2017). A discussão científica relativa a esta temática enfatiza, principalmente, as ações, a implantação, a formulação das Políticas Públicas desportivas no país e a participação de diferentes classes sociais nas ações promovidas pelas mesmas (SANTOS; FREIRE; MIRANDA, 2017; CASSOTTA et al., 2017; DALKIR, 2017; STAREPRAVO, 2011).

De acordo com Linhales (2001), o esporte e o lazer encontram-se diluídos nas administrações públicas, tanto na esfera municipal, quanto na estadual ou na federal. Diversos setores utilizam esses dois fenômenos em projetos complementares às Políticas Públicas de saúde, entretanto, segundo a mesma autora, pode-se destacar o esporte e o lazer como bens culturais, que devem ser legitimados como um direito universal da sociedade, ressaltando, assim, sua importância. Nessa perspectiva, o esporte e o lazer se tornam mediadores significativos, podendo promover o desenvolvimento humano (CAUDWELL; MCGEE, 2018).

Tendo em vista tal fato, esses elementos, nas últimas décadas, vêm sendo introduzidos em várias ações do governo e da iniciativa privada, visando suprir algumas carências dos grupos socialmente desfavorecidos (TABARES, 2006). Porém Tavares

(2006) salienta a importância de cautela para a implantação de alguns conceitos de gestão aos projetos públicos de incentivo ao esporte e ao lazer, principalmente os de cunho social. É necessário esquivar-se do viés mercantilistas das questões sociais, apenas objetivando a promoção de empresas, pessoas ou produtos.

Ao se levar em conta os direitos ao esporte e ao lazer, conforme alertam Pinto et al. (2017), ainda parece haver o entendimento, por parte dos gestores públicos, de que esses direitos, assim como, suas garantias, estão relacionados unicamente com a construção de novos espaços e equipamentos esportivos. Porém, segundo os mesmos autores, isso é um equívoco. É efetivamente necessária a construção de espaços e equipamentos adequados para o esporte e o lazer, entretanto, é de extrema importância a devida manutenção dos já existentes, assim como, que haja foco na necessidade de oferecer qualidade nas ações, introduzindo uma política de animação sociocultural e de incentivo à prática de atividades esportivas e do contexto do lazer pela sociedade nestes espaços, para que exista uma utilização democrática. Ainda, conforme esses autores, torna-se importante levar em consideração a gestão desses espaços e a formulação de Políticas Públicas consistentes e adequadas para oferecer oportunidades de vivências significativas a toda sociedade.

O fato de ainda persistir a indefinição na regulamentação, na legislação e na própria concepção sobre Políticas Públicas, ou mesmo sobre o fenômeno do lazer, tanto pode gerar imprecisão das ações governamentais, representando um fato negativo, quanto pode estabelecer um desconforto, o qual promova novas estratégias para superar esses entraves envolvendo incertezas e indefinições, o que se torna positivo, devido à perspectiva de incentivo à produção de Políticas de lazer criativas e inovadoras (MENICUCCI, 2006), dependendo do sentido e do significado adotados para esses termos envolvendo Políticas Públicas e Lazer, quanto para o próprio fenômeno do lazer

na sociedade. Para isso, é necessário valorizar concepções alargadas e precisas sobre ambos os conceitos, envolvendo Políticas Públicas e lazer, além disto, é premente compreender como essas concepções impactam a sociedade.

Sendo assim, para este estudo, o conceito de Políticas Públicas está centrado na perspectiva de Muller, Joly e Vargas (2010), os quais definem Política Pública como programas governamentais de ações dentro de uma esfera da sociedade ou área geográfica. Entretanto, é necessário se ter em vista que não há uma exclusiva, ou mais correta definição sobre Política Pública (SOUZA, 2006). Segundo a mesma autora, há inúmeras críticas acerca de tais definições, pois, em aspectos gerais, a maioria delas ignora o principal sentido das Políticas Públicas, que seria a atenção às ideias, interesses e necessidades da sociedade. Esta variabilidade de possibilidades de conceito sobre Políticas Públicas também é encontrada, quando o foco recai sobre o Lazer.

Na intenção de compreender o lazer e situá-lo como um fenômeno, neste estudo, serão apresentados a seguir, diversos conceitos, de autores de diferentes épocas e países. O Lazer pode ser considerado dentro do tempo disponível, ou seja, um período em que os indivíduos não possuem um senso de obrigação, seja este de cunho econômico, social, moral ou fisiológico (VOSS, 1967). Segundo o mesmo autor, a escolha de como usufruir este tempo disponível é exclusivamente de cada pessoa. Já Dieckert (1984) trazia uma definição para o lazer como uma oportunidade de vivenciar atividades como as do âmbito esportivo, as quais possam propiciar benefícios à saúde, trazendo satisfação para quem as práticas, podendo suscitar, inclusive, a socialização.

Gaelzer (1979) definia lazer como a junção entre a ação, o desenvolvimento global do cidadão e o desimpedimento de si mesmo, sendo considerado por ela como uma condição mental ativa, relacionada a um estado de liberdade, habilidade e prazer. Iso-Ahola (1980) sugeriu que os indivíduos entendessem e definissem o lazer com base

em seus próprios comportamentos e observando a conduta e as ações dos outros. Este autor sugeriu também, que a liberdade, as relações de trabalho e a motivação contribuem para definir ou alterar este conceito (ISSO-AHOLA, 1979).

No que concerne ao lazer, este fenômeno também tem sido abordado sob diferentes aspectos e vertentes do conhecimento. Stebbins (2008) se refere ao lazer, caracterizando-o e diferenciando o envolvimento no âmbito do lazer em três formas de vivência das atividades: lazer sério, lazer casual e lazer baseado em projeto. A respeito do Lazer sério (STEBBINS, 2008), o autor ressalta que este se refere à realização organizada, recorrente e compromissada de determinada atividade por indivíduos, sendo que, esta atividade deve ser rica em experiências, proporcionando vivências significativas e com possibilidades de trazer uma sensação de realização, e em alguns casos, podendo proporcionar ao praticante, inclusive, o envolvimento com futuras carreiras profissionais.

O Lazer casual pode ser definido, segundo Stebbins, como o envolvimento em uma vivência rápida ou não permanente e que traga uma sensação de satisfação temporária, não sendo necessárias habilidades específicas para que esta seja realizada. Já o Lazer baseado em projeto envolve atividades de cunho criativo, que ocorrem, sobretudo, de forma sazonal e que necessitam de planejamento e consideráveis habilidades para que sejam realizadas, porém, são requeridas pontualmente, para aquela vivência.

Como influência internacional nos estudos sobre lazer desenvolvidos no Brasil no século 20, a produção acadêmica de Dumazedier representou referência importante na literatura científica nacional, no âmbito do lazer (ISAYAMA; SILVA; LACERDA, 2011). Uma das importantes contribuições deste autor sobre esta temática foi elaborada em 1973, tendo como última impressão 2014, definindo o lazer como um agrupamento

de ocupações às quais os indivíduos podem se dedicar por escolha própria, com a intenção de exercitar sua livre capacidade criadora, seja por diversão, recreação, ou entretenimento, promovendo a participação social de forma voluntária, após o indivíduo liberar-se das obrigações profissionais, sociais e/ou familiares (DUMAZEDIER, 2014). Desta forma, para esse autor, o lazer está relacionado a atividades voluntárias e que tragam satisfação. Apesar de esta ser uma importante contribuição para os estudos no campo do lazer, ela sofreu críticas (WERNECK, 2003), haja vista que o autor associa diretamente o fenômeno do lazer à prática de atividades, o que pode minimizar e restringir a amplitude do conceito.

Dumazedier (1980) também descreveu pedagogicamente uma subdivisão dos conteúdos das atividades desenvolvidas no âmbito do lazer, baseada nos interesses das pessoas, na época de seu estudo, evidenciando 5 conteúdos culturais do lazer, a saber: interesses artísticos, intelectuais, manuais, sociais e físico-esportivos. Devido à necessidade de atualização desses conteúdos para ir ao encontro das expectativas e interesses de épocas mais atuais, Camargo (1986) e, posteriormente, Schwartz (2003), indicaram a presença de mais dois interesses, respectivamente os turísticos e os virtuais. Esta subdivisão também gerou críticas dos pesquisadores, pelo fato de apresentar uma categorização sectarizada ou segmentada, a qual pode interferir na compreensão geral sobre o fenômeno. Entretanto, ela também pode contribuir para se compreender, pedagogicamente, a abrangência dos componentes e interesses que envolviam o lazer na época do estudo do autor e, até mesmo, posteriormente.

Outra contribuição importante para se compreender a concepção sobre lazer no Brasil foi a de Marcellino (2007). Segundo este pesquisador, o lazer pode ser definido como a cultura compreendida no seu sentido mais amplo e vivenciada desinteressadamente, buscando, apenas, a satisfação pessoal, advinda de uma atividade

prática ou contemplativa. Esta concepção tem sido bastante utilizada na literatura sobre a temática, até os dias atuais.

Já para Mascarenhas (2004), o lazer pode ser compreendido como um fenômeno tipicamente moderno, que resulta das tensões entre capital e trabalho. Esse fenômeno, na visão desse autor, se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas e culturais, experimentadas de acordo com a vontade ou capacidade de cada indivíduo. Nota-se que esta concepção atrela o lazer diretamente ao mundo do trabalho, diferindo, de certo modo, das outras duas definições anteriormente apresentadas.

O debate teórico-conceitual acerca das concepções sobre lazer evidencia que os autores que contribuem para esta temática não apresentam unanimidade nessas concepções apresentadas. Inclusive, alguns deles tais como Sterapravo e Marchi Júnior (2016), Mezzadri, Moraes e Figuerôa (2015), Mascarenhas (2004) e Castellani Filho (2007), citados neste estudo, desenvolvem suas reflexões em vieses pautados, sobretudo, na visão política e crítica envolvendo o contexto do lazer.

De forma abrangente, Schwartz et al. (2016) ressalta que o lazer pode ser considerado como um fenômeno sociocultural, o qual abarca elementos da atitude propensa a usufruir, de modo pessoal, inúmeras atividades, durante o tempo disponível. Esta concepção, por sua abrangência, é adotada para se compreender o fenômeno do lazer neste estudo.

Para os mesmos autores anteriormente citados, no âmbito do lazer, por meio de suas características e pelas vivências oportunizadas, é possível revitalizar a promoção de componentes educativos, comunicativos e de socialização, como também, favorecer a ocorrência de mudanças de atitudes, estilos de vida, organização e valorização do tempo disponível. Com todo esse potencial representativo acerca das atividades envolvidas com o fenômeno do lazer na sociedade, os autores procuram encorajar iniciativas dentro

do âmbito das Políticas Públicas, pautadas nessas concepções, no sentido de promover a realização de atividades significativas no contexto do lazer para toda a sociedade.

Entretanto, ainda que estas concepções diferenciadas sejam importantes para a compreensão sobre o fenômeno do lazer em diferentes épocas, esses conceitos sofrem variações temporais e culturais, em suas concepções, sendo estas, muitas vezes, limitadas, quando apropriadas ao âmbito das Políticas Públicas, dificultando a apreensão do lazer como um direito para todos. Como direito social, cabe ao Estado garantir aos cidadãos condições de acessibilidade ao mesmo, aprimorando o esporte e o lazer e suas interfaces com a Saúde e a Educação, visando à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em geral. Segundo Silva (2017), os direitos sociais são como prestações positivas ofertadas pelo Estado, direta ou indiretamente, proferidas em normas constitucionais, a fim de propiciar melhores condições de vida e com tendências a promover igualdade, frente às situações desiguais.

Entretanto, ao se tratar o lazer dentro do âmbito das Políticas Públicas, deve-se considerar, inclusive, as peculiaridades e as responsabilidades dos níveis municipais e estaduais no desenvolvimento de ações, para além das Políticas de Estado. A dificuldade em se promover esta corresponsabilidade pode afetar a perspectiva de que o lazer se legitime efetivamente como direito garantido à população. Pensar no lazer como direito, já alertava Linhales (1999), é conceituá-lo como parte integrante da cidadania e das relações definidas entre a sociedade e o Estado. Isto evidencia a necessidade de redimensioná-lo no campo da Gestão e das Políticas Públicas, levando-se em consideração as tensões, as iniciativas, as concepções e as possibilidades, capazes de subsidiar novas perspectivas para as Políticas Públicas de lazer e de esporte, em âmbito nacional (LONG; FLETCHER; WATSON, 2017; STERAPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2016).

O lazer representa um fenômeno sociocultural, no qual é oferecida a oportunidade de vivências promotoras do desenvolvimento de diferentes habilidades, exercendo, assim, um papel primordial no desenvolvimento da sociedade. Conforme Thibault (2011), a vivência significativa de atividades do contexto do lazer pode causar impacto na qualidade de vida e no bem-estar dos indivíduos, contribuindo para o desenvolvimento de relações sociais, por se constituir em um espaço de expressão e aprendizado da vida democrática.

Do mesmo modo como há diversidade de conceituação e da própria concepção sobre Políticas Públicas e sobre o lazer, outro fenômeno envolvido neste estudo, referente ao esporte, também recebe uma variedade de significados. Segundo Barbanti (2011), o esporte pode ser definido como uma atividade de cunho competitivo, que envolve regras e necessita de esforço físico e habilidades motoras por parte de seus participantes, sendo que sua prática é motivada por fatores intrínsecos e extrínsecos combinados. Nota-se que o autor considera o esporte apenas como atividades regradas e sistematizadas, que promovem o movimento e, conseqüentemente, o exercício físico, deixando de lado, nesta concepção, as naturezas pedagógica e social de tal fenômeno.

Nesse sentido mais alargado, Marchi Junior (2014) considera o esporte como uma atividade física composta de regras e de cunho competitivo, a qual está em permanente evolução, sendo estabelecida de acordo com sua possibilidade sociocultural. Entretanto, segundo o autor, o esporte está em constante profissionalização, mercantilização e espetacularização. Assim, sua concepção também dependerá do viés no qual ele é abordado, se de alto rendimento ou de cunho educacional, de lazer e promova a inclusão social (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2018).

Para este estudo, foi adotada a definição de esporte proposta por Tubino (2017), que traz o conceito de esporte como um fenômeno sociocultural, interdisciplinar, o qual

possui ligações nítidas com outras importantes áreas do conhecimento, como por exemplo, a Educação, a Saúde e o Turismo. Para este autor, o esporte é uma das manifestações da cultura física.

O esporte tem sido abordado para além dos aspectos voltados à biodinâmica, sendo evidenciado como foco de estudos na área de Gestão do esporte no Brasil e em âmbito internacional. Em âmbito nacional, há diversos autores que abordam diferentes perspectivas relacionadas à gestão associada ao esporte, como aspectos de governança, *marketing*, organizacionais, entre outros (AZEVEDO, 2009; NOLASCO et al., 2006). A Gestão do esporte pode ser definida como a utilização das bases teóricas e práticas da área da gestão, nas organizações esportivas (ROCHA; CUNHA BASTOS, 2011). Já segundo Mazzei e Rocco Júnior (2017), a Gestão do esporte é a aplicação dos saberes provenientes das áreas das Ciências do Esporte e da Administração, para o gerenciamento das ações e das instituições envolvendo o fenômeno do Esporte, definição esta adotada por este estudo.

Os aspectos da gestão também já se encontram associados, no contexto dos estudos brasileiros, ao âmbito específico do lazer. Os estudos nesta direção apontam para as diferentes formas de abordagens sobre organização e oportunidade de ofertas de experiências significativas no campo do lazer. Além disto, fomentam as características necessárias para adequação dos ambientes de práticas e para a qualificação de gestores (AZEVEDO; BRAMANTE, 2017; SCHWARTZ; TEODORO; PACHECO, 2017). Sobretudo em âmbito nacional, não há uma definição proposta abordando os aspectos específicos da gestão do lazer, sendo assim, entende-se a gestão do lazer como a administração das instituições e ações voltadas às experiências do âmbito do Lazer, envolvendo os espaços em que ocorrem, as diversas atividades e eventos, atendendo aos interesses culturais, bem como, os aspectos legais, os fatores relativos à segurança, ao

marketing e à comunicação.

Já envolvendo as características da gestão nas pesquisas sobre esporte em âmbito internacional, nota-se que uma das mais proeminentes definições para este campo de estudo foi proposta por Chelladurai (1994, p. 15), o qual conceitua gestão do esporte como "[...] um campo preocupado com a coordenação de recursos humanos e materiais limitados, tecnologias relevantes e contingências situacionais para a efetiva produção e troca de serviços esportivos.". Outros autores, como Pedersen e Thibault (2014), debruçam o olhar sobre as interfaces da gestão esportiva contemporânea, salientando aspectos como a influência das tecnologias da globalização afetando o significado do esporte como instituição internacional.

Entre os estudos internacionais favorecendo o olhar para a gestão associada ao lazer, Tower e Zimmermann (2016) abordam a qualidade dos serviços prestados, em relação à oferta de programas e atividades no lazer, tomados sob o viés comunitário. Outros enfoques dados à gestão no campo do lazer salientam a importância da valorização da qualidade dos espaços e equipamentos de lazer, uma vez que estes representam um potencial local para a melhoria da interação social e da participação cidadã (GLOVER, 2017).

Ao se traçarem as interfaces entre os elementos aqui abordados, referente à Políticas Públicas, lazer, esporte, gestão do esporte e do lazer, nota-se que uma das temáticas que perpassa os estudos em todos esses vieses, está voltada para as preocupações com esta questão da qualidade dos espaços para as vivências esportivas e no lazer. Acerca das formas adequadas de usufruto nos espaços de esporte e de lazer, as contribuições de Pacheco e Raimundo (2015), Castelnou (2009) e Santos (2006) procuram imprimir importância em se atentar para as possíveis ressonâncias da privatização dos espaços públicos, bem como, da transformação desses espaços em

objetos de consumo.

Nos estudos de Políticas Públicas, estas relações estão direcionadas aos espaços de esporte e de lazer nas cidades (VALENTINE, 2016; RECHIA; BELTRÁN, 2010). Os autores evidenciam que esses espaços, além de contribuírem para ampliar as possibilidades das práticas sociais e culturais, se apresentam como ambiente apropriado para o desenvolvimento de ações prazerosas em grupos (HINDLEY, 2018; SANTOS, 2007).

Ainda no que se refere a espaços públicos para as vivências esportivas e do contexto do lazer, Serpa (2007) ressalta serem esses espaços de ação política, ou ainda, representando espaços simbólicos, onde se expressam divergentes ideias de cultura e de sujeitos. O autor declara, ainda, que há a alteração de alguns destes espaços em mercadoria, resultando em uma apropriação díspar. Portanto, é de extrema importância, segundo Pochmann (2012), que os cidadãos utilizem os espaços públicos, sendo que, para isso os governantes devem planejar estratégias e ações que estimulem as pessoas a usufruírem as praças, parques, museus e outros tipos de espaços públicos.

Malta et al. (2014) ressaltam a importância da construção de espaços públicos, com viabilidade de usos diversificados e com possibilidades de contar, nos mesmos, com profissionais de diferentes áreas, como, da Educação e da Saúde, envolvendo o esporte e o lazer. Segundo Weiss et al. (2011), a pouca distância entre os espaços públicos de lazer e a população, pode representar um referencial no direcionamento da procura por atividades físicas em áreas urbanas, porém, devido à negligência por parte dos administradores, no que tange aos aspectos relativos a esses espaços, podem ocorrer dificuldades no conhecimento e, inclusive, no uso e apropriação dos mesmos. A infraestrutura dos espaços públicos de lazer como manutenção, funcionamento e opções oferecidas, pode motivar a participação em atividades físicas, como também, induzir à

preservação dos espaços e à satisfação dos usuários (SILVA et al., 2012).

Na sociedade contemporânea, o esporte e o lazer se apresentam como fenômenos de excepcional importância, não só por permitirem ampliar a capacidade de desenvolvimento da cidadania e da autonomia humana, mas também, por contribuírem, por meio de suas vivências, para expandir as estratégias que possam gerar melhoria da saúde (BACHELADENSKR; MATIELLO JUNIOR, 2010). Os ambientes destinados à vivência de atividades envolvendo o esporte e o lazer podem ser considerados como espaços que favorecem, à parte da população, hábitos saudáveis, auxiliando na melhoria dos aspectos emocionais, sociais, culturais e físicos, uma vez que também são propícios à promoção da saúde e bem-estar na área urbana (SILVA et al., 2013), nos quais podem ser oferecidas diferentes vivências, incluindo as atividades físicas, para indivíduos das mais variadas classes sociais e faixas etárias (MCCORMACK et al., 2010).

Em termos da vida cotidiana, sobretudo nas grandes metrópoles, existe a constatação de que o espaço para as vivências dos contextos do esporte e do lazer está praticamente restrito ao ambiente urbano, artificializado e construído, nem sempre de modo adequado às expectativas e necessidades humanas. Portanto, representa um desafio, no campo das Políticas Públicas, compreender os interesses da sociedade pelas vivências nos âmbitos do esporte e do lazer, para, posteriormente, proceder-se à necessária adequação de espaços e equipamentos propícios para o desenvolvimento democrático de atividades.

Ao se tomar como foco as atividades esportivas e as do campo do lazer, interesses deste estudo, é importante salientar a necessidade de disponibilização de espaços e/ou equipamentos (MARCELLINO, 2012) propícios e adequados para atender às peculiaridades destas finalidades. Ainda segundo Marcellino et al. (2007), os espaços e equipamentos de lazer devem ter significado aos praticantes, pois representam uma

forma importante de promoção de relacionamentos, socialização, entre outros fatores.

Mesmo que o espaço pareça ser ainda um aspecto secundário no campo de estudos das Políticas Públicas, esses estudos anteriormente elencados já ratificam a necessidade de valorização desses ambientes. O ambiente físico pode interferir, inclusive, nas escolhas, motivando ou desmotivando o envolvimento nas vivências, haja vista que um espaço vai muito além de sua materialidade, mantendo valores afetivos, éticos e estéticos importantes (TOMANIK, 2016). Inclusive, a falta de conhecimento sobre esses espaços, pode limitar o envolvimento em atividades que são vitais para a qualidade de vida do ser humano (SILVA et al., 2013; LINHALES, 1999).

Segundo Rodrigues e Bramante (2003), o tempo destinado ao lazer é vivenciado por uma permissão pessoal, geralmente baseada na vontade interna do praticante e acontece em algum lugar. Desta forma, espaços e equipamentos para o desenvolvimento das experiências nos âmbitos do lazer e do esporte são imprescindíveis. Para Marcellino (2012), é necessário que, ao tempo disponível, corresponda um espaço também disponível para tais vivências.

Para Gomes (2004), o lazer representa um aspecto da cultura construída na sociedade, a partir da combinação do tempo, espaço e lugar das manifestações culturais e das condutas pessoais. Assim, a apropriação dos equipamentos públicos para práticas de esporte e de atividades do contexto do lazer, em diferentes espaços urbanos, pode significar uma conexão entre o cotidiano, as pessoas e a cultura da cidade. Portanto, compreender como e quanto uma cidade oferece oportunidade para estas vivências, se torna um grande desafio para o campo das Políticas Públicas, no sentido de contribuir para disseminar novas oportunidades de vivências nesses contextos.

Para Reis e Starepravo (2008), a execução das Políticas Públicas de esporte e de lazer deve se dar, não apenas por meio da elaboração e oferecimento de projetos, mas,

inclusive, por meio da informação e educação das pessoas, para que as mesmas compreendam a importância do tempo destinado ao lazer. Além disto, é premente atentar para a importância de disponibilização de espaços e equipamentos para a concretização das vivências, com acesso e garantia de uso a todos que manifestarem interesse.

Com a obtenção de direitos, há uma amplificação da cidadania, impondo, assim, ao Estado, a obrigação de repensar novos conteúdos de agenda pública (LINHALES, 1998; PINTOS et al., 2017). Desta forma, o Estado assume a responsabilidade de garantir que direitos e deveres sejam cumpridos.

A cidade, para a maioria da população, é o equipamento mais oportuno para que as vivências do contexto do lazer consigam se desenvolver, pois, é nela que se encontra o maior número de habitantes. Sendo assim, é na cidade que se encontra o local mais propício para estimular e desenvolver as produções no âmbito do lazer e atingir um número expressivo de participantes. Porém, o crescimento urbano desordenado, as desigualdades sociais e outros inúmeros fatores, vêm contribuindo para que se percam os espaços públicos, fazendo com que as vivências sejam transferidas para espaços privados ou domésticos, restringindo, assim, as possibilidades de vivenciar os variados conteúdos do lazer (MARCELLINO; BARBOSA; MARIANO, 2007).

O município de Rio Claro, localizado no estado de São Paulo, interesse deste estudo, conta com alguns espaços públicos destinados ao esporte e ao lazer, porém, para que os mesmos cumpram a função a que são destinados, é necessário haver a adequada gestão e estímulo à democratização de acesso aos mesmos. Sendo assim, considerando a importância social do esporte e do lazer e a necessidade de adequação de espaços públicos para a vivência de atividades significativas, pode-se ressaltar ainda mais a relevância da difusão sobre dados acerca de tais temáticas. A promoção de ideias e

soluções em nível acadêmico pode ampliar a elaboração de novas Políticas Públicas e programas nos âmbitos do esporte e do lazer, que possam efetivamente atender às demandas sociais (ANGELONI, 2008).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação foi construída por meio de pesquisas sistemática, documental, mapeamento dos espaços públicos e, por fim, observação desses espaços e preenchimento de diário de campo pré-estabelecido, possibilitando, assim, analisá-los minuciosamente. Dentre as inquietações que instigaram a realização deste estudo, pode-se destacar a falta da sistematização da informação acerca dos espaços públicos no Brasil, inclusive no município de Rio Claro, estado de São Paulo e a necessidade de uma gestão mais eficiente, com condições de atender diretamente a demanda da população.

Foi possível notar, de acordo os resultados expressos, tanto no Artigo 1, referente à pesquisa sistemática, como no Artigo 2, referente à pesquisa documental, em conjunto com o mapeamento e a observação dos espaços públicos, que muitas das considerações levantadas pelo Artigo 1, com base na literatura específica, foram reiteradas no Artigo 2, quando foi feita a pesquisa documental, tais como, a falta de gestão adequada dos espaços públicos, a má estrutura, a falta de conservação e de manutenção dos espaços, as diversas inadequações referentes à segurança e acessibilidade, causando, assim, impactos diretos na usabilidade dos mesmos.

O diálogo entre a literatura consultada na revisão sistemática e os elementos componentes das etapas relativas à análise documental e a observação indica as relações vigentes e as que ainda estão passíveis de melhorias na gestão pública dos espaços. Essas evidências podem suscitar novas sugestões, tanto para a gestão pública, como para outras entidades interessadas.

Dentre os espaços encontrados nos documentos analisados e mapeados por este estudo, notou-se a existência de três categorias, classificadas para fins de comparação

neste estudo, sendo elas as áreas verdes, os espaços esportivos e os espaços culturais. Uma grande parcela dos espaços analisados, apresenta diversos entraves e lacunas, reiterando novamente os achados do Artigo 1, referente à revisão sistemática dos estudos já existentes e, conseqüentemente, dificultando a utilização e a apropriação. O poder público municipal poderia otimizar a utilização dos espaços para atividades públicas gratuitas, oferecendo-as aos cidadãos, entretanto, isto parece não ocorrer, pela análise e pela observação feitas. Os próprios munícipes são prejudicados pela falta de gestão participativa.

Notou-se, também, que, dos 243 espaços analisados por este estudo, todos estão sob o encargo exclusivamente do poder público municipal, fator que demanda uma carga muitas vezes excessiva de gastos com o espaço físico e com o pessoal necessário para geri-los. Esse fator poderia ser minimizado, por meio de estímulos a parcerias público-privadas (PPP), diminuindo, assim, os encargos direcionados apenas ao poder público municipal.

Outro fator percebido foi que nenhum dos espaços, independente da categoria, atendeu satisfatoriamente a todos os aspectos elencados para análise, ao se preencher o diário de campo utilizado ao longo da observação. Porém, fica evidente que os espaços com melhor qualidade e possibilidade de utilização são os espaços culturais, seguidos dos espaços esportivos e, por fim, as áreas verdes. Não se pode deixar de evidenciar que os espaços culturais se apresentam em menor número, seguidos pelos esportivos e pelas áreas verdes. Este fator corrobora a lógica anteriormente citada, já que, pelo fato de existir um número menor de espaços culturais, estes são conseqüentemente mais bem gerenciados. Esta não deve ser a única razão para esta diferenciação de gestão entre os espaços, uma vez que a apropriação dos mesmos também pode diferir. Porém, talvez esta diferença esteja centrada no fato de que as três categorias de espaços analisados são

gerenciadas por três Secretarias Municipais distintas, o que pode interferir nas decisões gerenciais.

De acordo com a intenção desta dissertação, relativa à identificação e mapeamento dos espaços públicos de esporte e de lazer pertencentes à Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP, bem como, baseado na realização da análise da estrutura, conservação, segurança, acessibilidade e utilização dos mesmos, pode-se afirmar que os objetivos traçados foram satisfatoriamente alcançados. Também deve ser reiterado que os dados constantes nos estudos que fizeram parte do Artigo 1 foram, de certa forma, quase inteiramente ratificados no Artigo 2, demonstrando, assim, um nível de concordância e conseqüentemente confiabilidade da literatura utilizada no Artigo 1.

Os resultados do Artigo 1 demonstram que os aspectos diretamente ligados aos espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, tais como, infraestrutura, acessibilidade, segurança, utilização, entre outros, são abordados na literatura analisada pela revisão, de forma secundária, sendo que o principal foco foi referente às políticas públicas direcionadas à gestão em geral de tais espaços, ou seja, às ações práticas que ocorrem nos mesmos. Também é importante ser mencionado o fato de que, na revisão sistemática realizada no Artigo 1, percebeu-se que não há um método ou instrumento sistematizado e validado para realizar análises de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer.

Já os resultados do Artigo 2 demonstraram que o município de Rio Claro, onde foi realizada a pesquisa, disponibiliza a grande quantidade de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, prevalecendo as áreas verdes. Entretanto, deve ser mencionado que foi notada uma distribuição não igualitária de espaços, tanto em âmbito geográfico, quanto no que se refere ao tipo de espaços (áreas verdes, espaços esportivos e espaços culturais), e que os tipos de espaços com menor quantidade, são geridos com

mais eficiência do que os tipos de espaços que apresentam maior quantidade, conforme anteriormente apontado. Outro fator de extrema importância citado no Artigo 2, se refere à questão da acessibilidade de tais espaços, a qual é claramente deficiente e merece maior atenção do poder público da cidade.

Os resultados do estudo, conquanto a pesquisa tenha focalizado apenas um município, contribuem para minimizar a lacuna ainda existente, no que tange à análise sistematizada de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, pois, tal como foi notado e citado no Artigo 1, esse viés ainda é pouco explorado, sobretudo, em âmbito nacional. Para que o poder público possa implantar políticas públicas eficientes, assim como, para que a comunidade possa usufruir adequadamente dos espaços, torna-se necessário um empenho conjunto entre a oferta e o modo de utilização desses espaços.

Os estudos acerca da análise e gestão de espaços públicos nos contextos do esporte e do lazer, principalmente no Brasil, ainda estão em crescimento e notam-se, claramente, diversas lacunas pouco exploradas sobre a temática, tais como, as diversas possibilidades de formas de gestão, as comparações entre estas, como também, análise das políticas públicas vigentes em tais espaços, a fim de que sejam possíveis ajustes na estrutura física e no funcionamento desses espaços, contemplando melhor as necessidades da comunidade usuária. Sendo assim, é evidente a necessidade de novas pesquisas, no sentido de aprimorar novas ações e proporcionar novos debates nesta área.

8.1. LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Entre as limitações do presente estudo podem ser destacadas: a dificuldade de obtenção de dados públicos acerca dos espaços públicos nos contextos de esporte e lazer que fizeram parte desta pesquisa, como, também, a falta da sistematização e padronização. Outra limitação se refere à dificuldade de se encontrar, na literatura vigente, um instrumento de avaliação baseado em questionário ou diário de campo devidamente sistematizado e validado cientificamente, para análise de espaços, públicos ou privados.

Ainda que o presente estudo tenha apresentado tais limitações e o fato de focalizar apenas um município no Brasil, procurou trazer contribuições para a área, almejando, também, que tais resultados possam ampliar o referencial teórico vigente, impactando no número de publicações científicas futuras relacionadas com a temática. Esses dados poderão, inclusive, ao ampliar o número de publicações científicas relacionadas com esta temática, incentivar os gestores e outros profissionais interessados, a desenvolverem novas formas de análise e gestão de espaços públicos.

8.2. SUGESTÕES PARA NOVOS ESTUDOS

Sugere-se, para novos estudos, o desenvolvimento de pesquisas comparativas entre os diversos tipos de modelos de gestão de espaços, tanto público, quanto privado, inclusive, comparando as peculiaridades de ambos os tipos, para que se promovam ações mais exitosas. Também é premente que sejam elaboradas novas sugestões para a validação de um instrumento ou um diário de campo sistematizado, a fim de se proceder à análise de espaços de forma mais eficiente.

9 REFERÊNCIAS DA DISSERTAÇÃO

- ANGELONI, M. T. **Gestão do Conhecimento no Brasil: Casos, experiências e práticas de empresas privadas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009. 216 p.
- ANGELONI, M. T. **Gestão do conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas públicas.** 1 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008. 240 p.
- AZEVÊDO, P. H. O Esporte como Negócio: uma visão sobre a gestão do esporte nos dias atuais. **Estudos**, Goiânia, v. 36, n. 5, p. 929 - 939, 2009.
- AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer.** 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. 337 p.
- BACHELADENSKI, M. S.; MARTIELLO JÚNIOR, E. Contribuição do campo crítico do lazer para a promoção da saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 5, p. 2569-2579, 2010.
- BARBANTI, V. J. **Dicionário de Educação Física e do Esporte.** São Paulo: Editora Manole, 2011. 480 p.
- BARROS, R.; CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira.** Rio de Janeiro: Ipea, 2003. 23 p.
- BEINS, B. C. **Research method: A tool for life.** 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. 456 p.
- BERELSON, B. **Content analysis in communication research.** 1 ed. Glencoe: The Free Press, 1954. 220 p.
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: Qualitative and quantitative approaches.** 6 ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2017. 680 p.
- BONALUME, C. R. O paradigma da intersetorialidade nas Políticas Públicas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 1-26, 2011.
- BORTOLO, C. A. O espaço público do parque do povo – Presidente Prudente - SP: reflexões geográficas. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, n. 13, v.1, p. 50-65, 2013.
- BRAMANTE, A. C. Políticas de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer.** 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004, p. 185-196.
- BRAMHAM, P.; HENRY, I.; MOMMAAS, H.; VAN DER POEL, H. **Leisure and urban processes: critical studies of leisure policy in Western European cities.** 5 ed. London: Routledge, 2017. 326 p.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, de 05 de Outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 291 p., 1988.

BRASIL. **Ministério do Esporte. Brasília:** Acesso a Informação, 2018. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/acesso-a-informacao>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 100 p.

CASSOTTA, M. L. J.; LUCAS, A.; BLATTMANN, U.; VIERA, A. F. G. Recursos do conhecimento: colaboração, participação e compartilhamento de informação científica e acadêmica. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 1, p. 17-34, 2017.

CASTELLANI FILHO, L. **Gestão Pública e Política de Lazer: A Formação de Agentes Sociais.** 1 ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 150 p.

CASTELNOU, A. M. N. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, 2009.

CAUDWELL, J.; MCGEE, D. From promotion to protection: human rights and events, leisure and sport, **Leisure Studies**, Oxford, v. 37, n. 1, p. 1-10, 2018.

CHELLADURAI, P. Sport management: Defining the field. **European Journal for Sport Management**, Abingdon, v. 1, n. 1, p. 7-21, 1994.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais.** 7 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. 320 p.

COSTA, J. L. R. **Em busca da (c) idade perdida: o município e as políticas públicas voltadas à população idosa.** Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COSTA, M. P.; LEITE, F. C. L. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica.** 1 ed. Brasília: IBICT, 2017. 178 p.

CRESWELL, J. W. **Projeto De Pesquisa: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DALKIR, K. **Knowledge management in theory and practice.** 3 ed. Cambridge: MIT Press, 2017. 533 p.

DIECKERT, J. **Esporte de lazer: tarefa e chance para todos.** 1 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984. 184 p.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular.** 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2014. 336 p.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer: planejamento de lazer no Brasil.** 1 ed. São Paulo. SESC, 1980. 176 p.

DUNN, W. N. **Public policy analysis.** 5 ed. London: Routledge, 2016. 459 p.

FARAH, M. F. S. Análise de Políticas Públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do " campo de públicas". **Revista de Administração Pública**, Rio

de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, 2016.

FISCHER, F. **Reframing public policy: Discursive politics and deliberative practices**. 1 ed. Nova York: Oxford University Press, 2003. 265 p.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2008. 408 p.

GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?**. 1 ed. Porto Alegre: Sulina, 1979. 191 p.

GARCIA, M. O.; RODRIGUES, P. E. L.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R.; SILVEIRA, S. D. F. R. Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 41-68, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GLOVER, T. Leisure, Social Space, and Belonging. In: SPRACKLEN, K.; LASHUA, B.; SHARPE, E.; SWAIN, S. (Org.). **The Palgrave handbook of leisure theory**. 1 ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2017, p. 873 - 890.

GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 240 p.

GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. 1 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015. 240 p.

GOMES, L. L. Reflexões sobre os significados de recreação e de lazer no Brasil e emergência de estudos sobre o assunto (1926-1964). **Conexões**, Campinas v. 1, n. 2, p. 131-144, 2003.

GRASSO, R. M. F. P.; ISAYAMA, H. F. As Compressões de Lazer na Política Pública do Município de Santarém (2005 – 2012): A Visão de Gestores. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 93-107.

HINDLEY, D. More Than Just a Run in the Park: An Exploration of Parkrun as a Shared Leisure Space. **Leisure Sciences**, Oxford, v. 0, n. 0, p. 1-21, 2018.

HISLOP, D. **Knowledge management in organizations: A critical introduction**. 3 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013. 304 p.

HOEKMAN, R.; BREEDVELD, K.; KRAAYKAMP, G. Providing for the rich? The effect of public investments in sport on sport (club) participation of vulnerable youth and adults. **European Journal for Sport and Society**, Oxford, v. 14, n. 4, p. 327-347, 2017.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HOWLETT, M.; MCCONNELL, A.; PERL, A. Moving policy theory forward: connecting multiple stream and advocacy coalition frameworks to policy cycle models of analysis. **Australian Journal of Public Administration**, Sydney, v. 76, n. 1, p. 65-

79, 2017.

HUGOS, M. H. **Essentials of supply chain management**. 4 ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2018. 355 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Esporte 2016**. 1 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 75 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, perfil dos municípios brasileiros**: Suplemento de Esporte de 2003, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/esporte2003/default.shtm>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

ISAYAMA, H. F.; SILVA, A. G.; LACERDA, L. L. L.. Por onde caminham as pesquisas sobre formação e atuação profissional em lazer no Brasil? In: ISAYAMA, H. F.; SILVA, S. R. (org.). **Estudos do lazer: um panorama**. Rio de Janeiro: APICURI, 2011, p. 165-178.

ISO-AHOLA, S. Basic Dimensions of Definitions of leisure. **Journal of Leisure Research**, Urbana, v. 11, n. 1, p. 28–39, 1979.

ISO-AHOLA, S. **The social-psychology of leisure and recreation**. Dubuque: William C. Brown Pub, 1980. 448 p.

KOCIAN, R. C.; SILVA, C. L. Políticas públicas e os equipamentos esportivos de lazer: produção acadêmica de 2008 a 2014. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 185-206, 2016.

LASSWELL, H. D.; LEITES, N. C. 1 ed. **Language of Politics: Studies in Quantitative Semantics**. Cambridge: M.I.T Press, 1965. 338 p.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. M. S. Gestão do conhecimento científico: proposta de um modelo conceitual com base em processos de comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 92-107, 2007.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A.; ABREU, M. M. Políticas Públicas de Cultura e Turismo: Uma Relação Mal Resolvida?. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, Ilhéus, v. 11, n. 1, p. 174-201, 2017.

LINHALES, M. A. Jogos da Política, Jogos do Esporte. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: Políticas Públicas**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 31-56.

LINHALES, M. A. Lazer, cidadania e qualidade de vida: reflexões acerca da possibilidade da liberdade e da ação política. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 2, n.1, p. 19-30, 1999.

LINHALES, M. A. São as Políticas Públicas para a educação física/esportes e lazer,

efetivamente políticas sociais?. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 71-81, 1998.

LONG, J.; FLETCHER, T.; WATSON, B. (Org.). **Sport, Leisure and Social Justice**. 1 ed. Nova York: Rotledge, 2017. 227 p.

MALTA, D. C.; SILVA, M. M. A. D.; ALBUQUERQUE, G. M.; LIMA, C. M. D.; CAVALCANTE, T.; JAIME, P. C.; SILVA JÚNIOR, J. B. A implementação das prioridades da Política Nacional de Promoção da Saúde, um balanço, de 2006 a 2014. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4301-4311, 2014.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 12 ed. Campinas: Papirus, 2007. 172 p.

MARCELLINO, N. C. O lazer e os espaços na cidade. In: YSAYAMA H. F.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e Política: Maneira de Ver, Maneiras de fazer**. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2006, v. 1, p. 65-92.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.. Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano—relações e possibilidades. Belo Horizonte, **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 10, n. 3, p. 1-23, 2007.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H.; SILVA, A.; FERNANDES, E. A. O. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC - Região Metropolitana de Campinas**. 1 ed. Curitiba: Opus, 2007. 120 p.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MARCHI JUNIOR, V. Desporto. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.) **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3 ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014, p. 193-195.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004. 106 p.

MAZZEI, L. C.; ROCCO JÚNIOR, A. J. Um ensaio sobre a Gestão do Esporte: Um momento para a sua afirmação no Brasil. **Revista de Gestão e Negócios do Esporte**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 96-109, 2017.

MCCORMACK, G. R.; ROCK, M.; TOOHEY, A. M.; HIGNELL, D. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: A review of qualitative research. **Health & Place**, Oxford, v. 16, n. 4, p. 712-726, 2010.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (Org.) **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 136-164.

MILANI, M. L.; CARDOSO, C. B. Políticas Públicas de cultura, esporte e lazer e a visão da juventude de São Mateus do Sul-Paraná. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 23, n. 36/37, p. 29-40, 2014.

MULLER, P.; JOLLY, J. F.; VARGAS, C. S. *Las Políticas Públicas*. 3 ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010. 200 p.

NOLASCO, V. P.; BITENCOURT, V.; PAOLI, P. B.; GOMES, E.; CASTRO, M. Administração/gestão esportiva. In: DaCosta, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006, p. 760-761.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em Políticas Públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 273-288, 2006.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos**. Genebra, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. Acesso em: 3 out. 2016.

OTTONICAR, S. L. C.; SANTOS, Be. R. P.; MORAES, I. S. Aplicabilidade da Competência em Informação e da Organização do Conhecimento no processo de Gestão da Informação. **RDBCI - Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 629-646, 2017.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S.. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 43-66, 2015.

PEDERSEN, P.; THIBAUT, L. **Contemporary Sport Management**. 5 ed. Champaign: Human Kinetics Publishers, 2014. 560 p.

PINTOS, A. E.; PEREIRA, C. C.; SALVADOR, E. S.; ATHAYDE, P. A. O direito ao esporte e ao lazer no contexto da política nacional do esporte. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 38-52, 2017.

POCHMANN, M. **Reconquistar a cidade: o conhecimento como estratégia das mudanças**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012. 184 p.

RECHIA, S.; BELTRÁN, J. O. Parques urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 3, n. 16, p. 181-202, 2010.

REIS, J. A.; STAREPRAVO, L. J. Políticas Públicas para o lazer: pontos de vista de alguns teóricos do lazer no Brasil. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-20, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 424 p.

ROCHA, C. M.; CUNHA BASTOS, F. Gestão do esporte: definindo a área. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 91-103, 2011.

RODRIGUES, E. H. C. BRAMANTE, A. C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 23-37, 2003.

RUFINO, L. G. B. **Entre o modelo tradicional e o escandinavo de produção de tese**.

2015. Posgraduando.com. Disponível em: < <http://posgraduando.com/entre-omodelo-tradicional-e-o-escandinavo-de-producao-de-tese/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

SANTOS, E. S. Perfil dos usuários do Parque Esportivo Eduardo Gomes/ Canoas/RS. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 70-86, 2007.

SANTOS, E. S. Reflexões sobre a Utilização de Espaços Públicos para o Lazer Esportivo. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 1, n. 12, p. 25-33, 2006.

SANTOS, M. A. G. N.; FREIRE, E. S.; MIRANDA, M. L. J. A gestão do esporte como tema de pesquisa: análise da publicação científica. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. 50, p. 183-201, 2017.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008. 288 p.

SCHÜTZ, G. R., SANT'ANA, A. S. S., SANTOS, S. G. Política de periódicos nacionais em Educação Física para estudos de revisão sistemática. **Revista Brasileira de Cineantropometria do Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 13, n. 4, p. 313-319, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcdh/v13n4/11.pdf>>. Acesso em: 20 Jan. 2017.

SCHWARTZ, G. M.; TAVARES, G. H.; RIBEIRO, I. C.; RODRIGUES, C. S.; PROVENZANO, T. D.; CHAO, C. H. N. Políticas Públicas de esporte e lazer e gestão da informação: incidência da Rede CEDES como foco em pesquisas acadêmicas. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 86-97, 2014.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; PACHECO, J. P. S. Gestão do Lazer: Entraves e Perspectivas Relativos à Produção Acadêmica. In: AZEVÊDO, P. H.; BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2017. p. 45 - 55.

SCHWARTZ, G. M.; TEODORO, A. P. E. G.; RODRIGUES, N. H.; DIAS, V. K. **Educando para o lazer**. 1 ed. Curitiba: CRV, 2016. 116 p.

SCHWARTZ, G. M. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando Dumazedier. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte. v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003.

SCHWARTZ, G. M.; SANTIAGO, D. R. P.; KAWAGUTI, C. N.; TAVARES, G. H.; FIGUEIREDO, J. P.; NAZÁRIO, M. E. S. **Gestão da informação sobre esporte recreativo e lazer: balanço da Rede CEDES**. 1 ed. Várzea Paulista: Fontoura Editora, 2010.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007. 205 p.

SILVA, D. S.; SANTOS, M. I. AVILA, M. A. Intersetorialidade nas Políticas Públicas de esporte e lazer no município de Ilhéus-BA. **Conexões**, Campinas, v. 11, n. 3, p. 13-35, p. 13-35, 2013.

SILVA, E. A. P. C.; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, P. P. C.; ARAUJO, B. M. R.;

CAMINHA, I. O.; FREITAS, C. M. S. M. Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização de espaço público de lazer. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p. 171- 188, 2012.

SILVA, E. A. P. C.; SILVA, P. P. C.; SANTOS, A. R. M.; CARTAXO, H. G. O.; RECHIA, S.; FREITAS, C. M. S. M. Espaços públicos de lazer na promoção da qualidade de vida: uma revisão integrativa. **Licere - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2013.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 40 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017. 936 p.

SOUSA, N. M.; COSTA, C. J.; APARICIO, M. Ba: um fator determinante no uso de sistemas de gestão do conhecimento. **RISTI - Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, Porto, n. 22, p. 1-19, 2017.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STAREPRAVO, F. A. **Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. Tese (Doutorado em Educação Física), Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. A.; MARCHI JÚNIOR, W. (Re) pensando as Políticas Públicas de esporte e lazer: a sociogênese do subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 42-49, 2016.

STEBBINS, R. A. **Serious Leisure: a perspective for our time**. 1 ed. New Jersey: Transaction, 2008. 176 p.

TABARES, J. F. O esporte e a recreação como dispositivos para a atenção da população em situação de vulnerabilidade social. In: MELLO, V. A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social**. 1 ed. Rio de Janeiro: Shape, 2006, p. 212-224.

TAVARES, S. Avaliação de projetos sócio-esportivos. In: MELLO, V. A.; TAVARES, C. **O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer, e inclusão social**. Rio de Janeiro: Shape, 1 ed., 2006, p. 200-211.

THIBAUT, A. Elaboração de Políticas do Sistema de Lazer Público e Cívico em Quebec: Um processo caótico e de parceria. In: ISAYAMA, H. F., PINTO, L. M. S. M., UVINHA, R. R., STOPPA, E. A. **Gestão de políticas de esporte e lazer: experiências, inovações, potencialidades e desafios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 67-86.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; MAGILL, R. A. A Case for an Alternative Format for the Thesis/Dissertation. **Quest**, Londres, v. 38, n. 2, p. 116-124, 1986.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 396 p.

- TOMANIK, E. A. O afeto que se encerra: urbanização, movimentos, encontros e conflitos afetivos. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v.16, n.184, p. 11-23, 2016.
- TOWER, J. R.; ZIMMERMANN, J. A. M. Setting the scene for the World Leisure Journal special edition on leisure management. **World Leisure Journal**, Abingdon, v. 58, n. 1, p. 3-11, 2016.
- TROTTMANN, P.; CORRÊA, V.; SOUZA COELHO, F.; SARTI, F. M. A produção científica em Políticas Públicas no Brasil Descrição e análise de alguns resultados de uma investigação sobre a primeira década dos anos 2000. **Agenda Política**, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 223-253, 2017.
- TUBINO, M. **O que é esporte**. 4 ed. Brasiliense: São Paulo, 2017. 56 p.
- VALENTINE, G. **Public space and the culture of childhood**. 1 ed. Londres: Routledge, 2016. 144 p.
- VEAL, A. J. **Research methods for Leisure and Tourism**. Harlow: 5 ed. Pearson, 2018. 592 p.
- VOSS, J. The definition of leisure. *Journal of Economic Issues*, v. 1, n. 1-2, p. 91-106, 1967.
- WEIMER, D. L.; VINING, A. R. **Policy analysis: Concepts and practice**. 6 ed. Nova York: Routledge, 2017. 479 p.
- WEISS, C. C.; PURCIEL, M.; BADER, M.; QUINN, J. W.; LOVASI, G.; NECKERMAN, K. M.; RUNDLE, A. G. Reconsidering access: park facilities and neighborhood disamenities in New York city. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, New York, v. 88, n. 2, p. 297-310, 2011.
- WHYTE, C.; FORTUNE, D. Natural leisure spaces in long-term care homes: challenging assumptions about successful aging through meaningful living. **Annals of Leisure Research**, Oxford, v. 20, n. 1, p. 7-22, 2017.
- YUEN, F.; JOHNSON, A. J. Leisure spaces, community, and third places. **Leisure Sciences**, Oxford, v. 39, n. 3, p. 295-303, 2017.